



**TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA  
QUE ENTRE SI CELEBRAM FHAE  
MINERAÇÃO LTDA E A SECRETARIA DE  
ESTADO DE MEIO AMBIENTE E  
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL -  
SE MAD POR INTERMÉDIO DA SUPRAM/NM  
PARA ADEQUAÇÃO DO EMPREENDIMENTO À  
LEGISLAÇÃO AMBIENTAL.**

Pelo presente instrumento a FHAE MINERAÇÃO LTDA, detentora do  
sediada na Fazenda Itacambira, s/nº, Zona Rural, no município de

conforme procuração constante no processo, doravante  
designada **COMPROMISSÁRIA** firma o presente **TERMO DE AJUSTAMENTO DE  
CONDUTA** perante a SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E  
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - SEMAD, aqui representada pelo Superintendente  
da SUPRAM/SUPPRI

conforme delegação  
prevista na Resolução SEMAD Nº 2944 de 12 de março de 2020, com sede na Supram NM,  
localizada na Rua Gabriel Passos, nº 50, Centro, Montes Claros/MG, doravante denominada  
**COMPROMITENTE**, e nos termos dos arts. 32, §1º e 108, §3º do Decreto Estadual nº 47.383,  
de 02 de março de 2018, observadas as cláusulas e condições seguintes:

**Considerando** que, conforme o previsto no art. 225, *caput*, da Constituição Federal, todos têm  
direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à  
sadia qualidade de vida, sendo este caracterizado como, o “conjunto de condições, leis,  
influências e interações de ordem física, química e biológica que permite, abriga e rege a vida  
em todas as suas formas”, consoante o art. 3º, I, da Lei Federal nº 6938, de 31 de agosto de  
1981;



**Considerando** que o art. 16, §9º, da Lei Estadual 7.772, de 8 de setembro de 1980 prevê que aquele que estiver exercendo as atividades sem licença ambiental ou autorização ambiental competente terá as suas atividades suspensas até que obtenha licença ambiental devida ou firme Termo de Ajustamento de Conduta - TAC com o órgão ambiental, com as condições e prazos para funcionamento do empreendimento até a sua regularização;

**Considerando** que respectivamente em 01/10/2019, 12/09/2018, 28/03/2019, 14/12/2018, 12/09/2018 e 12/09/2018 o empreendimento foi autuado por meio dos Autos de Infração nº 180560/2019, 186976/2018, 186161/2019, 186725/2018, 186978/2018 e 186977/2018 tendo sido aplicadas as penalidades de multa simples e suspensão de suas atividades em razão da operação sem a devida licença ambiental;

**Considerando** que em 13/08/2020 a empresa apresentou requerimento para celebração de Termo de Ajustamento de Conduta, conforme o protocolo de nº R0091256/2020.

**Considerando** o art. 32, §1º, do Decreto Estadual nº 47.383, de 2 de março de 2018, que prevê a possibilidade da continuidade da operação da atividade ou do empreendimento concomitantemente ao procedimento de licenciamento em caráter corretivo por meio da assinatura de Termo de Ajustamento de Conduta junto ao órgão ambiental competente, independentemente da formalização do processo de licenciamento;

**Considerando** que a continuidade da operação das atividades, concomitantemente à análise do processo de licenciamento ambiental, deverá observar os estritos limites definidos neste Termo de Ajustamento de Conduta, imputando à COMPROMISSÁRIA A COMPROVAÇÃO da obediência às cláusulas, condições e prazos ajustados no presente, sob pena de aplicação das sanções legais cabíveis;

Resolvem celebrar o presente **TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**, de acordo com as seguintes disposições:

### **CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO DE COMPROMISSO**

Constitui objeto deste instrumento o estabelecimento das condições e dos prazos para a continuidade da operação do empreendimento até a obtenção da devida licença ambiental, nos termos art. 16, § 9º, da Lei Estadual nº 7.772/1980; bem como para a execução do controle de suas fontes de poluição, corrigindo os seus efeitos negativos sobre o meio ambiente, inclusive com a reparação dos danos eventualmente causados, de acordo com o prazo estabelecido no cronograma de execução constante da CLÁUSULA SEGUNDA.

**Parágrafo primeiro.** O presente instrumento não antecipa, autoriza ou afasta outras espécies de certidões, alvarás, licenças e autorizações de qualquer natureza, exigidos pela legislação federal, estadual ou municipal.

**Parágrafo segundo.** Este termo é celebrado no uso do poder-dever discricionário da Administração Pública e, portanto, segue critérios de conveniência e oportunidade avaliados



quando de sua elaboração. Deixando de subsistir esses critérios ou advindo outros que ensejam nova avaliação de mérito administrativo, este Termo poderá ser revogado.

## CLÁUSULA SEGUNDA – COMPROMISSO AJUSTADO

### Sugestão de observação antes da assinatura do TAC:

Deverá ser apresentado o título mineral juntamente ao DNPM (ANM) que autoriza a extração desse determinado minério e volume máximo liberado.

**Item 01:** Formalizar Processo de Licenciamento Ambiental mediante Estudo de Impacto Ambiental – EIA e Relatório de Impacto Ambiental - RIMA.

Prazo: 12 meses após a assinatura do TAC;

**Item 02:** Apresentar e implantar programa de gerenciamento dos resíduos sólidos, que deverá incluir a coleta, separação, armazenamento, monitoramento e adequação da destinação final, de acordo com as normas técnicas vigentes. Prazo: Apresentar programa em até 60 (sessenta) dias e apresentar semestralmente o controle mensal do gerenciamento de resíduos sólidos.

**Observação:** A periodicidade de controle deverá ser mensal com o protocolo semestral, iniciando a contagem a partir da celebração do presente TAC.

**Observação:** O programa de que se trata neste item deverá conter, no mínimo, os dados do modelo abaixo:

Resíduos sólidos e rejeitos

#### 1. Resíduos sólidos e rejeitos abrangidos pelo Sistema MTR-MG

Apresentar, semestralmente, a Declaração de Movimentação de Resíduo – DMR, emitida via Sistema MTR-MG, referente às operações realizadas com resíduos sólidos e rejeitos gerados pelo empreendimento durante aquele semestre, conforme determinações e prazos previstos na Deliberação Normativa Copam 232/2019.

Prazo: seguir os prazos dispostos na Deliberação Normativa Copam nº 232/2019.

#### 2. Resíduos sólidos e rejeitos não abrangidos pelo Sistema MTR-MG

Apresentar, semestralmente, relatório de controle e destinação dos resíduos sólidos gerados conforme quadro a seguir ou, alternativamente, a DMR, emitida via Sistema MTR-MG.

Prazo: seguir os prazos dispostos na DN Copam 232/2019.

Resíduo	Transportador	Destinação Final	Quantitativo total do semestre (tonelada/semestre)	Obs



Denominação e código da lista IN IBAMA 13/2012	Origem	Classe	Taxa de geração kg/mês	Razão social	Endereço completo	Tecnologia (*)	Destinador/ Empresa responsável		Quantidade Destinada	Quantidade Gerada	Quantidade de Armazenada	
							Razão social	Endereço completo				
(*) 1 - Reutilização							6 - Co-processamento					
2 - Reciclagem							7 - Aplicação no solo					
3 - Aterro sanitário							8 - Armazenamento temporário (informar quantidade armazenada)					
4 - Aterro industrial							9 - Outras (especificar)					
5 - Incineração												

## 2.1 Observações

- O programa de automonitoramento dos resíduos sólidos e rejeitos não abrangidos pelo Sistema MTR-MG, que são aqueles elencados no art. 2º da DN 232/2019, deverá ser apresentado, semestralmente, em apenas uma das formas supracitadas, a fim de não gerar duplicidade de documentos.
- O relatório de resíduos e rejeitos deverá conter, no mínimo, os dados do quadro supracitado, bem como a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pelas informações.
- As doações de resíduos deverão ser devidamente identificadas e documentadas pelo empreendedor.
- As notas fiscais de vendas e/ou movimentação e os documentos identificando as doações de resíduos deverão ser mantidos disponíveis pelo empreendedor, para fins de fiscalização.
- Em caso de alteração na forma de disposição final de resíduos, o empreendedor deverá comunicar previamente à SUPRAM/NM, para verificação da necessidade de licenciamento específico.

Portar documentação comprobatória do recebimento dos resíduos, explicitando a quantidade recebida e a forma de destino final, nos casos de envio a incineradores, aterros industriais e sanitários, que deverão possuir Licença de Operação dos órgãos de controle ambiental competentes.



**Item 03:** Fazer automonitoramento dos efluentes líquidos em todos os sistemas de tratamento existentes no empreendimento (Ex: CSAO, Sistema de tratamento industrial e ou doméstico). **Prazo:** a primeira em até 60 (sessenta) dias.

**1. Efluente líquido**

Local de amostragem	Parâmetros	Frequência
Entrada do sistema de tratamento e na saída do sistema de tratamento.	DBO, DQO, pH, Sólidos Sedimentáveis, Sólidos Suspensão, Óleos e Graxas, agentes tensoativos.	Trimestral
Realizar análises também a jusante e a montante do corpo receptor, se houver.	DBO, DQO, pH, Sólidos Sedimentáveis, Sólidos Suspensão, Oxigênio Dissolvido, Óleos e Graxas, agentes tensoativos.	Trimestral

**Item 04:** Apresentar as fontes de emissões atmosféricos (com coordenadas de localização), assim como que tipo de emissões e as medidas de controle desenvolvidas no empreendimento. Caso seja aplicado ao empreendimento atentar quanto os parâmetros estabelecidos na Deliberação Copam 187 de 19/09/2013. **Prazo:** a primeira em até 60 (sessenta) dias e as demais análises semestralmente a partir da celebração do presente TAC.

**Item 05:** Efetuar e apresentar as análises dos níveis de ruído gerados pelo empreendimento no entorno (com coordenadas de localização), nos períodos diurnos e noturnos, segundo a Lei Estadual 10.100/1990, NBR 10.151 e normas técnicas e/ou ambientais vinculadas. Em caso de interferência com área urbana / núcleos populacionais ou cavidades naturais subterrâneas, apresentar em anexo plano de monitoramento sismográfico das vibrações produzidas nas detonações, tendo como referência a norma ABNT NBR 9653/2005. **Prazo:** a primeira em até 60 (sessenta) dias e as demais análises anualmente a partir da celebração do presente TAC.

**Item 06 :**Não realizar nenhum tipo de intervenção ou atividade na área de influência das cavidades. Caso não tenha delimitado essa área, respeitar o entorno dos 250 m em forma de poligonal convexa da projeção horizontal de cada cavidade. **Prazo:** durante a vigência do TAC.

**Item 07:** Atestar acompanhado com a devida ART a existência de cavidades na ADA e entorno de 250 m do empreendimento. **Prazo:** Até 60 dias após assinatura do TAC.



**Item 08:** O empreendimento não poderá fazer supressão/intervenção de vegetação nativa, assim como em APP e Reserva Legal, sem documento autorizativo do órgão ambiental. **Prazo:** durante a vigência do TAC.

**Item 09:** Evitar ocorrência de processos erosivos na Área Diretamente Afetada em função da implantação e/ou operação do empreendimento. Caso já existam implantar medidas de mitigação e controle a serem adotadas para a otimização do processo de lavra, da estabilização de taludes, vias de acesso e estradas externas, dos sistemas de drenagem pluvial, etc., visando a minimização dos processos erosivos, do escoamento de sedimentos e do assoreamento de corpos d'água em toda a Área Diretamente Afetada pelo empreendimento e atividades acessórias. **Prazo:** A periodicidade de controle deverá ser mensal com o protocolo anual iniciando a contagem a partir da celebração do presente TAC.

**Item 10:** Fica vedada a ampliação ou implantação de novas atividades na área do empreendimento sem a prévia autorização do órgão ambiental. **Prazo:** Durante a vigência do TAC

**Item 11:** Deverão ser feitas adequações na lavra com finalidade de impedir a origem e/ou agravamento de processos erosivos e garantir estabilidade na lavra. Apresentar, no vencimento do TAC, relatório com registro fotográfico de ações executadas. **Prazo:** Durante a vigência do TAC

**Item 12:** Apresentar planta topográfica planimétrica, contendo no mínimo: malha de coordenadas, datum horizontal, identificação da carta e fuso; orientação magnética; área total do imóvel; localização das áreas de preservação permanente e reserva legal; representação do uso atual do solo contendo área com cobertura vegetal nativa por bioma, fisionomia e estágio de regeneração, área abandonada, subutilizada ou utilizada de forma inadequada, segundo a vocação e capacidade de suporte do solo; área com uso alternativo do solo discriminando as ocupações agrossilvipastorais, infraestrutura, hidrografia, rede viária, rede de alta tensão, acidentes geográficos; localização se for o caso, de unidades de conservação adjacentes ou inclusas à propriedade; confrontantes; legenda; data; assinatura do responsável técnico pela elaboração e ART. **Prazo:** 120 dias após a assinatura do TAC.

**Item 13:** Regularizar as travessias em Cursos d'água localizadas nas coordenadas 17°08'30.33"S / 43°17'28.11"E e 17°08'59.70"S / 43°17'33.01"E (UTM 23K); **Prazo:** Antes do início da Operação do Empreendimento;

**Item 14:** Apresentar Relatório Fotográfico e Regularização Ambiental das Travessias; **Prazo:** Antes do início da Operação do Empreendimento;

**Item 15:** Adequar e/ou Implantar as seguintes estruturas no empreendimento: (i) Disposição adequada de resíduos sólidos, oleosos, domésticos e efluentes líquidos industriais; (ii) Estrutura para labor adequado dos funcionários (refeitório, alojamento e banheiros); (iii) Oficina de manutenção mecânica, almoxarifado e geradores e (iv) estrutura administrativa (caso necessário). **Prazo:** Antes do início da Operação do Empreendimento;



**Item 16:** Apresentar Relatório Fotográfico da Adequação e/ou Implantação das Estruturas.  
Prazo: Antes do início da Operação do Empreendimento;

**Item 17:** Apresentar Diagnóstico dos Recursos Hídricos e das Áreas de Preservação Permanente – APP do empreendimento. Prazo: 04 meses a partir da assinatura do TAC;

**Item 18:** Apresentar medidas mitigadoras para a retirada da água acumulada nas áreas já intervidas (cavas). Prazo: Antes do início da Operação do Empreendimento;

**Item 19:** Apresentar relatório consolidado, em formato físico e digital, que comprove a execução de todos os itens supra descritos e dentro dos respectivos prazos neles estabelecidos, devidamente acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica – ART. Prazo: 20 dias após o vencimento do TAC.

**Item 20:** Poderão ser incluídas no referido TAC novos itens após a formalização de processo conforme análise e vistoria do órgão.

### **CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOAÇÃO DE BENS.**

Adicionalmente às obrigações acima transcritas, a COMPROMISSÁRIA, à título colaborativo, considerando a relevância de contribuições voltadas à estruturação e ao aparelhamento dos órgãos ambientais, assim o fazendo como ato de mera liberalidade e, portanto, sem importar atenuação, minimização ou compensação de danos e/ou passivos ambientais, se compromete a doar à SUPRAM/NM, os seguintes bens :

Item	Qtde	Unidade de fornecimento	Especificação detalhada	Valor Unitário	Valor Total
01	02	UNIDADES	NOTEBOOK;NETBOOK E/OU ULTRAFINO - IDENTIFICACAO: NOTEBOOK; SOFTWARE: WINDOWS 10 PROFESSIONAL 64 BITS OEM E OFFICE 2016 /PRE-INSTALADO; CLOCK: MINIMO DE 3,0 GHZ, 3 MB CACHE, 2 NUCLEOS,4 THREADS; DISCO RIGIDO: 500 GB/SATA III OU SUPERIOR /7200 RPM; MEMORIA: 8 GB/SDRAM DDR4/2400 MHZ; TELA: 14" POLEGADAS/LCD POLICROMATICO OU LED; DISPOSITIVO: UNIDADE OPTICA E LEITOR DE CARTOES; ACESSORIOS: MALETA, MOUSE E SUPORTE UNIVERSAL ERGONOMICO;	R\$ 3.999,00	R\$7.998,00



02	30	UNIDADES	WEBCAM - CONEXAO: PORTA USB; IMAGEM: COLORIDA; LENTES: ZOOM DIGITAL, CMOS DE QUALIDADE CIF (352 X 288); CAPTURA IMAGEM ESTATICA: 640 X 480 PIXELS; CAPTURA VIDEO: ATE 30 FPS COM RESOLUCAO 640 X 480 PIXELS; CAPTURA VIDEO AO VIVO(1): NAO APLICAVEL;	R\$ 195,00	R\$5.850,00	
03	1	UNIDADES	TELA DE PROJECAO - MATERIA-PRIMA: PLASTICO; TIPO: RETRATIL MOTORIZADA COM CONTROLE REMOTO; MEDIDAS: 2,4M X 1,8M; TELA DE PROJECAO RETRATIL, MOTORIZADA COM CONTROLE REMOTO DE ACIONAMENTO, AFIXACAO NO TETO, COM AJUSTE MULTIPOINT, FORMATO 4:3.	R\$ 1.574,00	R\$1.574,00	
04	60	UNIDADES	ESTABILIZADOR MONO VOLT 300VA	R\$ 110,00	R\$6.600,00	
05	10	UNIDADE	Fone de ouvido (headset): FONE - DESCRICAO: 03 WATTS; TIPO: HEADSET, AURICULAR; DETALHES: 01 CONECTOR P2 P/ AUDIO 1 CONECTOR P2 P/ MICROFONE;	R\$ 58,00	R\$580,00	
06	18	UNIDADE	ESTANTE ESCRITORIO - MATERIAL: ACO; DIMENSOES: 2000MM ALTURA X 920MM LARGURA X 400MM PROFUNDIDADE; NUMERO DE PRATELEIRAS: 6 PRATELEIRAS; PRATELEIRA: CHAPA 24 1,20MM E 0,60MM,COM REGULAGEM DE ALTURA; ESTANTE DE ACO COM 6 PRATELEIRAS , 40 CM, CONFECIONADA EM CHAPA 24, 1 1,20MM E 0,60MM,COM REGULAGEM DE ALTURA. CAPACIDADE POR PRATELEIRA PA RA NO MAXIMO 75 KGS, COM DOBRAS DUPLAS NAS LATERAIS, DOBRA TRIPLAS NAS FRONTAIS E POSTERIORES, 4 COLUNAS EM PERFIL 30 X 30MM E CHAPA 18, 4 SA PATAS PLASTICAS, COM PINTURA ELETROTASTICA A PO, COR CINZA CRISTAL.	R\$ 234,00	R\$4.212,00	



			DEMAIS ACESSORIOS NECESSARIOS PARA MONTAGEM.		
07	80	UNIDADE	Mouse: MOUSE - TIPO SENSOR: OPTICO; BOTOES: 03 BOTOES, INCLUINDO BOTAO DE ROLAGEM; RESOLUCAO: 800DPI; INTERFACE DE CONEXAO: USB;	R\$ 15,00	R\$1.200,00
08	01	UNIDADE	PROJETOR MULTIMIDIA - ENTRADAS: VIDEO COMPOSTO, S-VIDEO E RGB (VGA 15 PINOS); COMPATIBILIDADE: PAL, NTSC E SECAM; AUDIO: ALTO-FALANTE EMBUTIDO E SAIDA DE AUDIO; RESOLUCAO REAL: 800 X 600 PONTOS; RESOLUCOES SUPORTADAS (1): 800 X 600 PONTOS; RESOLUCOES SUPORTADAS (2): 1024 X 768 PONTOS; CORES PROJETAVEIS: 16 MILHOES; TAXA DE CONTRASTE: 350:1; LUMINOSIDADE: 1000 LUMENS ANSI; TAMANHO IMAGEM: 150 POLEGADAS; LAMPADA DE PROJECAO: 2000 HORAS; TENSAO: 110/127V - 60HZ; ACESSORIOS: CONTROLE REMOTO; ACESSORIOS(1): CABOS DE ALIMENTACAO E CONEXAO AO COMPUTADOR; COM AS SEGUINTE ESPECIFICACOES MINIMAS: TECNOLOGIA DISPLAY DE CRISTAL LIQUIDO (LCD) OU DLP; RESOLUCAO NATIVA SVGA DE 800X600, SUPORTANDO CONEXAO A COMPUTADORES OPERANDO EM RESOLUCAO XGA (1024X768); POTENCIA DE BRILHO DE 1.000 LUMENS ANSI; TAXA DE CONTRASTE DE 350:1; RESOLUCAO DE 16,7 MILHOES DE CORES; FORMATO DE IMAGEM 4:3; TAMANHO DA DIAGONAL DA IMAGEM PROJETADA DE 150 POLEGADAS (3,8M); COM CAPACIDADE DE AMPLIACAO DO TAMANHO DA IMAGEM PROJETADA (ZOOM); LAMPADA COM DURACAO DE 2.000 HORAS; ENTRADAS VIDEO COMPOSTO, S-	R\$ 2.070,00	R\$2.070,00



			VIDEO E RGB (PADRÃO VGA 15 PINOS); SAI DA DE AUDIO OU ALTO-FALANTE EMBUTIDO; COMPATIBILIDADE COM OS SISTEMAS PAL, NTSC E SECAM; NIVEL DE RUIDO AUDIVEL IGUAL OU INFERIOR A 40 DB; CONTROLE REMOTO; ALIMENTACAO DE 110/127 V, 60 HZ; PESO MAXIMO DE 4 KG; ACOMPANHADO DE CABO DE ALIMENTACAO, CABO PARA CONEXAO A COMPUTADOR (CONECTOR MINI D-SUB DE 15 PINOS) E MALETA OU BOLSA PARA TRANSPORTE; MANUAL DO USUARIO EM LINGUA INGLESA OU PORTUGUESA, EM PAPEL OU EM MI DIA MAGNETICA OU OPTICA.		
09	01	UNIDADE	CAFETEIRA ELETRICA - IDENTIFICACAO: INDUSTRIAL; MATERIA PRIMA: ACO INOX; CAPACIDADE: 8 LITROS; POTENCIA: 1.300 WATTS; TENSÃO: 127 VOLTS/ 220 VOLTS;	R\$ 683,91	R\$683,91
10	01	UNIDADE	FOGAO - FUNCIONAMENTO: A GAS; NUMERO DE BOCAS: 04 BOCAS; OPCIONAIS: COM MANGUEIRA, VALVULA, CHAPA E FORNO; MODELO: INDUSTRIAL;	R\$ 1.333,53	R\$1.333,53
11	03	UNIDADE	GARRAFA TERMICA - MATERIA-PRIMA: CORPO EXTERNO EM ACO INOX; CAPACIDADE DA AMPOLA: 1800ML; FECHAMENTO: ROSCA; ALCA: COM ALCA FIXA EM POLIPROPILENO;	R\$.123,40	R\$370,23
12	40	PCT	MASCARA DESCARTAVEL - IDENTIFICACAO: CIRURGICA; FORMATO: ; CAMADAS: 2 CAMADAS; MATERIA- PRIMA: NAO TECIDO; GRAMATURA: ;, FILTRO: EFICIENCIA FILTRAGEM MAIOR QUE 95%; TIPO FIXACAO: ELASTICO; AJUSTE NASAL: SIM; ESTERIL: .EFICIENCIA DE FILTRAGEM BACTERIANA MAIOR QUE 95%; DUPLA CAMADA DE NAO	R\$ 22,00	R\$880,00



			TECIDO - TNT, NA COR BRANCA, COM SOLDA ELETRONICA; COM ELASTICOS QUE SE AJUSTAM ATRAS DAS ORELHAS, CLIPS NASAL DE ALUMINIO. COM REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE.		
13	01	UNIDADE	TERMOMETRO USO CLINICO - MATERIA-PRIMA: PLASTICO; TIPO: AURICULAR OU POR APROXIMACAO A TESTA; GRADUACAO: ENTRE 32 A 33°C (MINIMO); ENTRE 42 A 44°C (MÁXIMO)	R\$ 160,00	R\$ 160,00
14	07	UNIDADE	BARREIRA DE PROTEÇÃO - UTILIZAÇÃO: PARA ATENDIMENTO; MATÉRIA-PRIMA: ACRÍLICO TRANSPARENTE COM 3MM DE ESPESSURA; DIMENSÕES: 960MM(LARG)X800MM(ALT)X190MM(PR OFUNDIDADE) E DOBRA DE 40MM FRONTAL E NAS 2 LATERAIS; FORMA DE AFIXAÇÃO: FITA DUPLA FACE TRANSPARENTE NAS BASES LATERAIS DO PROTETOR, JÁ AFIXADA NO PROTETOR.	R\$ 394,00	R\$ 2.758,00
<b>TOTAL</b>					<b>R\$ 36.269,67</b>

#### **CLÁUSULA QUARTA – DO CONTROLE, DA FISCALIZAÇÃO E DO MONITORAMENTO**

Este instrumento não inibe ou restringe, em qualquer hipótese, as ações de controle, fiscalização e monitoramento da **COMPROMITENTE** ou de qualquer órgão ambiental fiscalizador face à **COMPROMISSÁRIA**, nem limita ou impede o exercício de suas atribuições e prerrogativas legais e regulamentares, em especial, a aplicação de sanções administrativas decorrentes do exercício do Poder de Policia.

**Parágrafo único.** A **COMPROMITENTE** poderá realizar vistorias nas áreas operacionais da **COMPROMISSÁRIA**, objetivando verificar a observância e o cumprimento das medidas ambientais e condições ajustadas na CLÁUSULA SEGUNDA, bem como das disposições da legislação ambiental, as quais deverão ser implementadas e mantidas até que seja apreciado, definitivamente, pela respectiva Câmara Técnica, o requerimento de regularização ambiental de licença de operação corretiva.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DAS CONSEQUÊNCIAS DO DESCUMPRIMENTO DO ACORDO**



O descumprimento total ou parcial do compromisso assumido implicará a rescisão do presente Termo de Ajustamento de Conduta e sujeitará a COMPROMISSÁRIA, ao que segue:

1. Suspensão total e imediata das atividades.
2. Multa de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) em caso de descumprimento do TAC. O valor da multa será aplicado independentemente do número de cláusulas descumpridas ou cumpridas fora do prazo, com acréscimo de 30% (trinta por cento) por item da Cláusula Segunda descumprida ou cumpridas fora do prazo, a partir do segundo item descumprido.
3. Aplicação imediata das sanções administrativas previstas na legislação vigente, notadamente, o Decreto Estadual nº 47.383/2018, com encaminhamento de cópia do Auto de Infração ao Ministério Público;
4. Encaminhamento de cópia do processo à Advocacia Geral de Estado – AGE - para providências quanto à execução do presente TAC e demais medidas cabíveis.

**Parágrafo primeiro.** O valor da multa será atualizado com base na taxa Selic, nos termos do art. 8º, da Lei nº 21.735/2015.

**Parágrafo segundo.** A aplicação das penalidades previstas nesta cláusula se dará de forma cumulativa e não afasta a execução específica das referidas obrigações, na forma prevista na legislação aplicável.

**Parágrafo terceiro.** A eventual inobservância pela COMPROMISSÁRIA de quaisquer das obrigações, condições e dos prazos estabelecidos no presente Termo, desde que comprovadamente decorrente de caso fortuito ou força maior, nos termos do art. 393 do Código Civil Brasileiro, não configurará o seu descumprimento, devendo ser imediatamente comunicada e justificada à SUPRAM/NM, que analisará o alegado, podendo fixar novo prazo para o adimplemento da(s) obrigação(ões) não cumprida(s).

## CLÁUSULA SEXTA - DA EXECUÇÃO DO INSTRUMENTO

O presente Termo de Ajustamento de Conduta produzirá efeitos a partir de sua celebração e terá eficácia de título executivo extrajudicial, inclusive com relação às cominações de multa, na forma dos arts. 5º, § 6º, da Lei 7.347/85, e art. 784, XII, do Código de Processo Civil.

## CLÁUSULA SÉTIMA - DAS CIRCUNSTÂNCIAS QUE EXCLUEM A RESPONSABILIDADE PELO INADIMPLEMENTO

O encerramento das atividades não exime a COMPROMISSÁRIA da comprovação do cumprimento das cláusulas deste termo, devendo ser analisadas pela COMPROMITENTE as pendências de obrigações ambientais do empreendedor, que deverá equacionar eventual passivo ambiental existente, na forma da legislação ambiental.



## CLÁUSULA OITAVA - DA RESPONSABILIDADE NA HIPÓTESE DE SUCESSÃO

O presente Termo de Ajustamento de Conduta obriga, em todos os termos e condições, a COMPROMISSÁRIA e seus sucessores a qualquer título.

## CLÁUSULA NONA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente instrumento é de 2 (dois) anos, devendo ser observados os prazos das obrigações constantes na CLÁUSULA SEGUNDA, podendo ser prorrogado mediante requerimento fundamentado da COMPROMISSÁRIA e concordância da COMPROMITENTE.

**Parágrafo primeiro.** O requerimento para prorrogação do Termo de Ajustamento de Conduta deverá ser protocolado antes de seu vencimento e não importa em prorrogação automática da validade do TAC. A prorrogação só se efetivará após a assinatura de termo aditivo pelas partes.

**Parágrafo segundo.** A prorrogação de prazo para o cumprimento de cláusula constante no TAC, que não altere o objeto da mesma, dispensa a elaboração do adendo podendo ser realizada por manifestação formal e inequívoca do órgão ambiental que demonstre o acatamento do pleito

**Parágrafo terceiro.** Este TAC terá sua validade extinta na data de publicação da decisão relativa ao requerimento de Licença, ou ao final do prazo estipulado no caput dessa cláusula, se não houver prorrogação do TAC, o que acontecer primeiro.

## CLÁUSULA DÉCIMA – DOS DOCUMENTOS

Todos os documentos referidos neste Termo de Ajustamento de Conduta, depois de rubricados pela COMPROMISSÁRIA e pela COMPROMITENTE, passarão a fazer parte integrante deste instrumento, como se transcritos fossem.

## CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

Fica eleito o foro da comarca de Montes Claros, para dirimir as questões decorrentes do presente TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E assim por estarem devidamente acordadas, firmam o presente em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo relacionadas, passando todos os documentos referidos no presente termo, inclusive os atos constitutivos pertinentes, a fazer parte integrante deste instrumento, como se transcritos nele estivessem.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável  
Superintendência Regional de Meio Ambiente do Norte de Minas

Pág. 14 de 14

Montes Claros, 18 de setembro de 2020.

**Pela COMPROMITENTE:**

**Pela COMPROMISSÁRIA:**

**Testemunhas:**

\_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

**Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável**

**Superintendência Regional de Meio Ambiente**

**Supram Norte de Minas**

**PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO OFICIAL DE MINAS GERAIS**

**DIÁRIO DO EXECUTIVO**

**DATA: 15/01/2021**

**PÁGINA: 10**

A Diretora regional de regularização Ambiental da Superintendência regional de Meio Ambiente Norte de Minas, designada para responder pela SUPRAM NM, conforme ato publicado em 13/01/2021, torna público, conforme art. 32, § 1º, do Decreto 47383/2018, que foi CELEBRADO o Termo de Ajustamento de Conduta do empreendedor abaixo identificado: \* FHAE Mineração Ltda. - Lavra a céu aberto - Rochas ornamentais e de revestimento e pilha de rejeito/estéril de rochas ornamentais e de revestimento - Bocaiuva/MG - Classe 2. Vigência: 02 (dois) anos, contados da data da assinatura: 18/09/2020. (a) Sarita Pimenta de Oliveira. Diretora Regional de regularização Ambiental da Superintendência regional de Meio Ambiente da SUPRAM Norte.

---

Rua Gabriel Passos, 50 - Centro – Montes Claros – MG

CEP: 39400-112 – Tel: (38) 3224-7500

[www.meioambiente.mg.gov.br](http://www.meioambiente.mg.gov.br)